



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

10/04/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Apoio à privatização é maior em SP do que no Brasil, diz Datafolha

A taxa de apoio à privatização de empresas e serviços públicos é maior entre moradores do estado de São Paulo do que no restante do Brasil.

Pesquisa Datafolha mostra que 42% dos paulistas são a favor da transferência de estatais para o setor privado, enquanto 38% da população brasileira têm essa mesma opinião.

A oposição a privatizações é menor entre os paulistas: 43%, ante 45% no recorte nacional. A minoria (3%) diz ser indiferente, e 12% dos entrevistados não sabem (14% no país todo).

A pesquisa do Datafolha foi feita entre os dias 3 e 5 de abril, em 65 municípios de todas as regiões do estado de São Paulo. Foram realizadas 1.806 entrevistas presenciais, com pessoas acima de 16 anos. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

O levantamento mostra que o apoio sobe para 51% dos moradores do estado que declaram saber o que é privatização e estar bem informados sobre o assunto. Nesse recorte, 46% dizem ser contra.

A maioria dos entrevistados que ganham mais de dez salários mínimos (57%) apoia a privatização, enquanto 36% dos que recebem até dois salários dizem o mesmo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 10 de abril.

Maioria dos paulistas (53%) é contra privatização da Sabesp, diz Datafolha

A privatização da Sabesp, companhia de saneamento paulista, é rejeitada pela maior parcela dos moradores do estado de São Paulo, mostra pesquisa do Datafolha.

De acordo com o levantamento, 53% dos entrevistados dizem ser contra a transferência da empresa para a iniciativa privada, enquanto 40% são a favor. A minoria (1%) declara ser indiferente, e 6% não sabem.

O levantamento mostra que nenhum segmento endossa a venda da companhia de saneamento de forma majoritária.

A oposição à privatização da Sabesp supera a posição favorável nos recortes de gênero, idade, escolaridade e renda. A exceção são os entrevistados entre 35 e 44 anos, onde há empate: 48% são contra, e 48% a favor.

O apoio, contudo, fica acima da média (49%) entre os que declaram ter votado em Tarcísio de Freitas (Republicanos) para governador no segundo turno das eleições de 2022. Já entre os eleitores de Fernando Haddad (PT), 65% rejeitam a proposta.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 10 de abril.

Conta de água da Sabesp vai subir quase 10% em maio

As contas de água e esgoto ficarão 9,56% mais caras. A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) aplicará o reajuste sobre as faturas emitidas a partir do próximo dia 10 de maio. A deliberação, autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsep), foi publicada no Diário Oficial do Estado, na última sexta-feira (7).

O reajuste é composto, segundo a agência, pela Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), que resultou em 4,09%, e mais a recomposição da inflação anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em 5,25%.

Em nota divulgada na última sexta-feira (7), a Arsep informa que a correção pela RTE “restabeleceu as condições pré-pandemia de equilíbrio econômico-financeiro da empresa, garantindo a capacidade necessária de investimento”, além de “viabilizar, priorizar e ampliar a assistência às famílias de baixa renda cadastradas no CadÚnico”.

Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 10 de abril.

Haddad vai propor nova regra para gastos obrigatórios

Mais para o final do ano, o governo deve discutir normas para o crescimento de despesas obrigatórias e vinculações orçamentárias (despesas que são atreladas a um piso ou também ao crescimento das receitas). É o que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vai propor ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O ministro diz que ainda não pode adiantar precisamente o que será objeto de "regras mais estáveis", mas devem estar em questão reajustes do salário mínimo, de servidores, pisos e vinculações para saúde e educação, por exemplo. A ideia é acabar com o "vai e vem" de vinculações e normas de reajustes a cada governo "conservador" ou "progressista".

Haddad adianta também que a grande revisão desonerações deve ocorrer depois da aprovação da reforma tributária, que imagina aprovada na Câmara em junho e julho e no Senado em setembro ou outubro.

Então haveria uma discussão maior de isenções de impostos que, pelos cálculos da Receita, chegam a R\$ 400 bilhões por ano. A revisão ("reoneração") seria paulatina, para também atender necessidades progressivas de receita, até para cumprir as metas de superávit do arcabouço fiscal. Pela "NRF", nova regra fiscal, o crescimento mínimo da despesa federal será de 0,6% por ano (em termos reais, além da inflação) e no máximo de 2,5% (crescimento limitado, ao ano, a 70% do crescimento da receita).

Haddad adianta também que na semana que vem divulga as novas regras para facilitar parcerias público-privadas (um modo de contratação de investimento, gestão ou serviço privado, em que a empresa arca com algum risco de remuneração, mas em que o setor público garante um pagamento).

Já é sabido que haveria do aval do Tesouro Nacional para parcerias em estados e municípios, diminuindo o risco de que as empresas não sejam pagas e aumentando, pois, a atratividade do negócio, emperrado no Brasil. Haddad conta também que empresas destas PPPS regionais também poderão emitir debêntures incentivadas (vão poder levantar financiamento no mercado de capitais com isenção de impostos, como já ocorre no caso federal).

Na entrevista, Haddad critica ainda os "jabutis" e os lobbies patrimonialistas (de empresas) que tiram receita do governo federal, exotismos "jurídico-legislativos", fala do papel do BNDES e rebate críticas à nova regra fiscal, do PT e economistas "ortodoxos".

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 10 de abril.

Preços mundiais dos alimentos registram queda de 20,5% em março, diz FAO

Os preços mundiais dos alimentos registraram queda de 20,5% em março na comparação com o nível recorde registrado há 12 meses, uma consequência da Guerra da Ucrânia, mas continuam "muito elevados", informou nesta sexta-feira (7) a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura).

Na comparação com o mês anterior, o índice da FAO, que mede uma cesta de produtos básicos, caiu 2,1% em março.

"A oferta abundante, a frágil demanda de importações e a prorrogação da Iniciativa de Grãos do Mar Negro (o corredor marítimo que permite as exportações a partir da Ucrânia) contribuíram para a queda", destacou a FAO.

"Apesar da redução dos preços globalmente, estes continuam muito elevados e seguem aumentando nos mercados internos, o que representa problemas adicionais em termos de segurança alimentar", declarou Máximo Torero, economista-chefe da FAO.

A queda dos preços dos cereais, de 5,6% na comparação com o mês anterior, e dos óleos vegetais (-3%) compensaram o aumento do açúcar (+1,5%), que registra o "nível mais elevado desde outubro de 2016, devido aos temores vinculados a uma queda das projeções de produção na Índia, Tailândia e China", destacou a organização.

Por sua vez, os preços mundiais do milho caíram 4,6%, em parte devido às "expectativas de uma safra recorde no Brasil", e os preços do arroz caíram 3,2% devido a "safras em curso ou que são iminentes nos principais exportadores, como Índia, Vietnã e Tailândia".

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 10 de abril.